



ECOLOGISMO DOS POBRES: possibilidades de leituras contra-hegemônicas frente ao modelo hegemônico do agronegócio

Larissa Carvalho de Oliveira

Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar
Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí
larissa.lco@gmail.com

Helga Maria Martins de Paula

Curso de Direito
Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí
heldepaula@yahoo.com.br

Introdução

Os conflitos socioambientais ocorrem frequentemente em nosso país. Nesse âmbito, o que se classifica e vivencia como conflitos ecológicos distributivos são expressões destacadas, em especial ao se considerar o Sudoeste Goiano, na atualidade. Por conta disso, este resumo pretende abordar sobre o ecologismo dos pobres como parâmetro interpretativo das relações de produção agrícola hegemônica, no meio rural do contexto relacionado. Objetiva-se também relacionar alguns instrumentos basilares ao agronegócio, enquanto modos que viabilizam o aumento da vulnerabilidade humana e ambiental de espaços em que esse modo de produção predomina.

Quanto à metodologia adotada no trabalho, recorre-se às investigações teóricas que possam apontar compreensões possíveis acerca do modelo de produção agrícola predominante na região estudada. Deste modo, a validade científica está consubstanciada no estudo bibliográfico, com método dedutivo de análise, partindo-se do diálogo entre alguns autores por meio de generalidades a serem afinadas às hipóteses materiais e específicas (BITTAR, 2009).

O trabalho inicia-se com considerações sobre a compreensão do agronegócio, que predomina como modelo agrícola em nosso país e, especialmente, na região em que se enfoca. Com essa abordagem, critica-se a utilização intensiva de agrotóxicos nas plantações e o uso de organismos geneticamente modificados, os quais são muito dependentes de tais produtos. Na sequência, apresentam-se elementos que fragilizam a prepotência da cientificidade moderna, revelando-se como a mesma fortalece o papel do Estado capitalista de mantenedor de uma hegemonia excludente que assola a maioria da população. Nesse viés, reconhece-se a pertinência dos conflitos ecológicos distributivos, segundo orientação do economista Juan Martínez Alier.



Conflitos ecológicos distributivos

Determinadas reflexões e críticas perante um contexto agrícola que explicita a complexidade socioambiental patrocinada pelo agronegócio brasileiro fazem-se necessárias, especialmente quanto ao cenário atual do Sudoeste goiano. Contudo, em um primeiro momento, há que se compreender agronegócio como um modelo de produção agrícola hegemônico em nosso país, pautado nos seguintes elementos principais: monocultura, predomínio da utilização de insumos químicos (principalmente fertilizantes e agrotóxicos), latifúndio, equipamentos/instrumentos tecnológicos e industrialização, sementes e mudas geneticamente modificadas, descaracterização da biodiversidade local e plantações uniformes (SANTILLI, 2009).

Em relação ao investimento do agronegócio nos organismos geneticamente modificados, percebe-se que “[...] segue a mesma lógica da agricultura convencional, ora fabricando plantas inseticidas, ora plantas de uso associado a herbicidas e, desde que foi introduzida há pouco mais de uma década, só fez aumentar o consumo de agroquímicos” (LONDRES, 2011, p. 21). Tais agroquímicos, especialmente as diversas variedades de agrotóxicos usadas nos cultivos de alimentos, explicitam a vulnerabilidade e os riscos a que estão sujeitos principalmente os aplicadores e manipuladores desses produtos e as pessoas que moram em região de agronegócio, como o Sudoeste do estado de Goiás.

Além disso, entre as estruturas que tornam viáveis o desempenho do agronegócio, têm-se as atividades industriais ou agroindustriais. Sobre isso, Boaventura de Sousa Santos estabelece a crítica, na medida em que:

[...] a industrialização não é necessariamente o motor do progresso nem a parteira do desenvolvimento. Por um lado, ela assenta numa concepção retrógrada da natureza, incapaz de ver a relação entre a degradação desta e a degradação da sociedade que ela sustenta. [...] A falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e, em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento (2011, p. 27-28).

Assim, prima-se pela superação desse modelo de produção agrícola hegemônico, o agronegócio. Até porque, suas características exploratórias e capitalistas são responsáveis pela predominância dos atuais conflitos ecológicos distributivos, “[...] isto é, os conflitos pelos recursos ou serviços ambientais, comercializados ou não [...]” (ALIER, 2007, p. 110).



No entanto, os conflitos decorrentes de disputas políticas, quanto aos territórios e recursos ambientais, são constantemente invisibilizados pelos donos da mídia e pelos discursos eleitoreiros e empresariais de crescimento econômico. Esses discursos convêm à seleta e tradicional elite burguesa do Brasil, fomentadora do agronegócio e, como consequência necessária, do estrangulamento da produção agrícola de pequenos proprietários que contrariam a cartilha de orientações do agronegócio.

Contudo, assim como perceptível no meio rural do interior goiano analisado, o agronegócio impera enquanto faceta capitalista propagandeada pela promessa de oferecer maior lucro em menos tempo na produção agrícola. Ora, tem-se o acúmulo de capital, a partir da exploração/contaminação do ambiente e dos seres vivos e, portanto, com dependência contínua de expansão espacial. “A expansão é, simultaneamente, *intensificação* (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*.” (HARVEY, 2005, p. 64, grifos no original).

O argumento da necessidade de crescimento econômico, inserido no bojo do paradigma da modernidade ocidental capitalista e cientificista por membros da classe alta, serve como justificativa à imposição do modelo agrícola hegemônico. Com isso, o conhecimento científico – despido de falsas justificativas baseadas na naturalidade ou neutralidade – tende a servir com forma de manutenção desse poder político-econômico (HARVEY, 2005). Afinal, “[...] a ciência moderna, além de moderna, é também ocidental, capitalista e sexista” (SANTOS, 2011, p. 85).

No entanto, uma possibilidade de reflexão acerca do tema consiste em partir do elemento de vulnerabilidade socioeconômica das comunidades do Sudoeste Goiano, que são cercadas pelo agronegócio. Para além das individualidades, o coletivo e o ambiente se tornam vítimas dos agrotóxicos e de todos os recursos do capital. Muitas pessoas são excluídas da possibilidade de produzirem seus alimentos – pela disputa pela terra e contaminação indiscriminada promovidas pelo agronegócio – e, ainda, passam a ser dependentes de todo o aparato da tecnologia agrícola a serviço da ideologia do capital. “A ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações”. (HARVEY, 2005, p. 87).

Para a desconstrução da ideologia capitalista fomentadora do agronegócio, adota-se a perspectiva de ecologismo dos pobres, que possui “um interesse material pelo meio



ambiente como fonte de condição para a subsistência [...]. Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos” (ALIER, 2007, p. 34). Todavia, a discussão acerca do ecologismo é recente e se estabelece a partir de tentativas de superação de determinados preconceitos. “A noção de um ecologismo dos pobres surgiu pela primeira vez nos finais da década de 1980. Durante muitos anos havia triunfado uma ideia contrária: a de que os pobres seriam ‘demasiado pobres para serem verdes’” (ALIER, 2007, p. 282).

Por conta disso, observa-se ser a sustentabilidade ecológica assegurada especialmente por grupos de camponeses e populações tradicionais, os quais se constituem como importantes alvos das mazelas causadas pelo agronegócio. Tais grupos populacionais tendem a se caracterizar pela vulnerabilidade socioeconômica, sendo pessoas de classe social baixa e com pouca ou nenhuma representação política/institucional, nos cargos eletivos.

A população de classe baixa é, predominantemente, explorada. Até porque, “A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação *pelos meios mais fáceis*. O caminho da acumulação capitalista seguirá *por onde a resistência for mais fraca*.” (HARVEY, 2005, p. 71, grifos no original).

Considerações Finais

A ideologia desenvolvimentista/capitalista adotou facilmente o pacote do agronegócio, a despeito do sacrifício de vidas humanas, daqueles que não se enquadram na lógica de produção agrícola pautada no emprego indiscriminado de agrotóxicos. Deste modo, os lucros desse modelo agrícola são destinados a uma pequena elite rural e empresarial relacionada ao setor, e os prejuízos são compartilhados entre pessoas vulneráveis e excluídas dos processos produtivos.

Portanto, as reflexões pautadas no ecologismo dos pobres como racionalidade e modo de se relacionar com o meio ambiente subsidiam a reconhecimento de relações campesinas e de comunidades tradicionais de trato com a natureza e sobrevivência como indispensáveis para a conservação de condições mínimas de alimentação e preservação da biodiversidade, com a possibilidade de vislumbre de alternativas contra-hegemônicas e insurgentes de racionalidade e prática.



Referências

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 252 pp.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190 pp.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. 120 pp.

RIGGOTO, Raquel (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, co-edição com a Expressão Popular, 2011.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2011.